



Investigando os usos sociais da internet: uma entrevista com Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva e Felipe Padilha

Investigating the social uses of the Internet: an interview with Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva and Felipe Padilha

Ana Carolina Costa dos Anjos¹
Karina de Camargo²
Milena de Lima e Silva³

1. Apresentação

A digitalização ou plataformização da sociedade são conceitos que, cada vez mais, adentram aos debates teóricos da Sociologia contemporânea. A discussão sobre os usos sociais da *internet*, tema deste dossiê, faz-se necessária, sobretudo em um momento peculiar, no qual o isolamento social devido à pandemia do covid-19 escancara a digitalização das relações sociais. Desde fazer uma videochamada para conversar com pessoas queridas, participar de uma aula, um congresso ou reunião, assistir a uma das milhares de *lives*, fazer compras, gerenciar os desejos (em um momento que os encontros face a face estão suspensos), tudo passou a ser mediado digitalmente. Pensando nesse conjunto é que apresentamos uma entrevista realizada com a pesquisadora Larissa Pelúcio e os pesquisadores Tarcízio Silva e Felipe Padilha.

Larissa Pelúcio é Livre-Docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas. Atua como professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e integra o quadro de docentes do

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), bolsista CNPq; Mestre em Ciências do Ambiente, Graduada em Comunicação Social/Jornalismo, ambos pela Universidade Federal do Tocantins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2047-592X/>. E-mail: carolcdosanjos@gmail.com.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição, foi bolsista FAPESP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4444-3527>. E-mail: kah.mgo@gmail.com.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, bolsista CAPES-PrInt na Universidade de Oxford (Inglaterra); Mestre pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Graduada em Ciências Sociais, ambas pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0031-2832>. E-mail: milenalima.e.silva@gmail.com.



Programa de Pós-Graduação em Comunicação, na mesma instituição.

Tarcízio Silva realiza Doutorado em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC) e é Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Co-fundador e Diretor de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD).

Felipe Padilha é professor substituto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa em Sociologia Digital (FURG) e ao Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia - NAMCULT (UFSCar).

Os convidados e a convidada aceitaram conceder uma entrevista à Revista *Áskesis* por intermédio das organizadoras deste dossiê. Nossos encontros aconteceram em modalidades e dias diferentes. Com Larissa e Felipe tivemos um encontro digital, no final da tarde do dia 12 de novembro de 2020, na ocasião Tarcízio não pôde comparecer, mas enviou-nos as respostas de todas as perguntas. Em abril, gentilmente, leram a entrevista e complementaram informações que nos auxiliaram na construção do texto abaixo feito por várias mãos e, como o próprio tema inspira, em tempos síncronos e assíncronos, possibilitados pela mediação digital.

2. Entrevista

Iniciando essa conversa gostaríamos que vocês contassem sobre a trajetória e como chegaram às temáticas que pesquisam hoje.

Tarcízio: Em grande medida, a empolgação com a aparente quebra de hierarquias e assimetrias comunicacionais no início do milênio foi um fator que moldou os meus primeiros anos de engajamento científico. Acredito que para responder esta questão é impossível descolar das próprias condições estruturais de acesso ao conhecimento científico, seja pelas potencialidades seja pelas restrições. A paixão pelos temas começou mesmo antes da entrada na universidade, em 2005, no curso de Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao entender, nas primeiras oportunidades de acesso aos recursos da internet, como esses poderiam ter potencial transformador, mesmo que individualmente. Na primeira metade da década passada, o acesso à web ainda era um recurso limitado, mas mesmo com esse tipo de acesso era permitido encontrar comunidades, livros, artigos e vídeos, mas não tinha acesso devido à origem pobre. Nesse período, a ideia de “web 2.0” ganhava corpo, o movimento wiki, blogs e fóruns auto-hospedados mostravam que os nichos de interesse até então inacessíveis poderiam ser encontrados. Ao longo da graduação e mestrado, a lente sobre os fenômenos digitais estava regulada para observar a internet como um lugar de abundância



de recursos e conexões. Em minha dissertação, defendida em 2012, “Aplicativos de análise de informações sociais: mapeamento e dinâmicas interacionais” estudei como aplicativos sociais permitiram novos modos de relação com informações sociais dos indivíduos sobre si e sobre o entorno social. Ainda antes de recursos como a *timeline* que organizada em registros históricos do Facebook ou recursos como “*Onthisday*” que resgatam acontecimentos, desenvolvedores e artistas exploravam o acúmulo de publicações e dados dos indivíduos para gerar reflexão dos próprios indivíduos. Entretanto, com o fortalecimento das corporações de plataformas digitais, esse fluxo de dados foi crescentemente moldado para fins mais escusos, ao mesmo tempo diminuindo a capacidade dos desenvolvedores e artistas produzirem aplicativos para exploração lúdica ou social das informações e incrementando a modulação algorítmica para fins comerciais.

O desencanto com o potencial da web, ainda minoritário no campo da Comunicação, começou a tomar dimensões maiores com práticas nocivas de massa, como aumento do discurso de ódio, discriminação algorítmica, fechamento crescente das plataformas, concentração do ecossistema midiático e uso dos anúncios hipersegmentados para erosão democrática.

Pesquisadoras da afrodiáspora, em especial dos Estados Unidos, já acompanhavam tais questões há décadas, a exemplo de Alondra Nelson⁴ e Oscar Gandy Jr⁵. Descobrir as produções desses e de outro(a)s intelectuais que desvelam os modos pelos quais a supremacia branca⁶ se incorpora nas tecnologias desenvolvidas em torno do Atlântico Negro⁷ e isso gerou inspiração para minhas pesquisas e atuação nos últimos anos.

Atualmente me afilio a uma abordagem sobre racismo algorítmico que trata o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos fortalece a ordenação racializada de epistemes, recursos, espaços e violência em detrimento de grupos racializados pela branquitude detentora das epistemologias e capitais hegemônicos que definem o horizonte de ações da

⁴ Escritora e pesquisadora premiada, afro-estadunidense, preside o Social Science Research Council, cátedra School of Social Science do Institute for Advanced Study e professora de Sociologia na Columbia University, em Nova Iorque (EUA).

⁵ Professor aposentado da Escola de Comunicação da Universidade da Pensilvânia, estudioso da economia política da informação. Trabalha com temas de privacidade, raça, tecnologia da informação, enquadramento de mídia, desenvolvimento de mídia e subsídio educacional.

⁶ A perspectiva de supremacia branca se dá a partir das colaborações de Charles W. Mills, em especial na obra “The Racial Contract”, onde aponta a necessidade de se estudar como um sistema político formador do mundo contemporâneo - desde o colonialismo -, e a construção da ideia de raça e racismo através de ferramentas teológicas e científicas. Com o objetivo de distribuir o mundo em favor da branquitude e a manutenção da exploração de povos racializados. A supremacia branca cria uma linha do colonialismo histórico até transformações como o imperialismo estadunidense, que atualiza o projeto supremacista branco iniciado no colonialismo europeu do século XVI.

⁷ O autor Paul Gilroy (2017), em seu clássico estudo “O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência”, apresenta a ideia de “Atlântico Negro” como uma categoria analítica, posto que seria, um sistema cultural e político inaugurado com o processo de escravidão. Para o autor, a escravidão desencadeia um “padrão fractal de trocas e transformações políticas que o autor procurou teorizar e termos de crioulização e sincretismo. Tais conceitos tiveram o objetivo de indicar como as culturas políticas negras têm sido significativamente renovadas não somente pelos povos do Caribe, mas, também, da Europa, da África e das Américas” (FLOR, 2020, p. 136).



inteligência artificial em sistemas algorítmicos. Mas, para além do diagnóstico e descrição de tais modos, estou interessado no mapeamento de produção de incidências multidisciplinares contra o racismo algorítmico. Isto significa uma conexão com áreas tão diversas como educação midiática, advocacia legislativa, explicabilidade na computação, associativismo e cooperativismo por tecnologias emergentes e outras.

Felipe: Minha graduação em Ciências Sociais foi na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde se deu meu processo de iniciação científica, sob orientação das antropólogas Marta Ramirez-Galvez e Leila Jeolás⁸ que, à época, lideravam um grupo de pesquisa chamado “Corpos e Tecno-maquinas”, interessado nas relações entre corpo e tecnologia. Assim, desde o início, minha formação foi marcada por uma vinculação forte com trabalho de campo, atravessado por questões de gênero, sexualidade, feminismo e tecnologia. Embora ainda não tratasse das tecnologias digitais, desde cedo me interessei pelas relações entre sexualidade e tecnologia. Minha iniciação científica, por exemplo, ambicionava desenvolver uma etnografia das masculinidades na prisão. Nosso grupo de pesquisa era bastante diverso, com pessoas interessadas em diferentes temas, mas que de algum modo estavam conectados pelo eixo temático corpo-tecnologia.

Já na pós-graduação, minha intenção inicial foi estudar um grupo de homens que se autodenominavam “g0ys”. Descobri o grupo em um site que veiculava as ideias do mesmo. De início, chamou minha atenção o esforço para criar uma classificação capaz de escapar da oposição hetero e homossexual. Nesse momento ainda não conhecia o professor Richard Miskolci⁹, que mais tarde viria a ser meu orientador. Escrevi o projeto e submeti à seleção. O projeto foi aprovado, então comecei o mestrado, em 2013.

O professor Richard, nesse momento, estava particularmente interessado em pesquisas com mídias digitais e sugeriu o estudo sobre os aplicativos especializados na busca de parceiros por georreferenciamento. Desenvolvi uma pesquisa que contou com um conjunto de acasos bem aproveitados, algo da sorte e do momento. Exatamente em 2013, os equipamentos de *smartphone* tiveram o preço limitado à R\$ 1500 por meio de uma legislação do governo

⁸ Martha Celia Ramírez-Gálvez é Professora adjunta no Departamento de Ciências Sociais da UEL, trabalha com Antropologia, com ênfase em Antropologia e Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, reprodução, aborto, biotecnologia, reprodução assistida, família, adoção, conforme lattes da autora. Leila Sollberger Jeolás é professora aposentada da UEL e professora-sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Tem experiência na área de Antropologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Juventudes, Saúde Sexual e Reprodutiva; Juventudes e Serviços de Saúde; Risco e Prevenção; Velocidade e Corridas Ilegais de Carros e Motos; (R)existências Juvenis, conforme Lattes.

⁹ Richard Miskolci Escudeiro atualmente é professor titular de Sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP, coordena a área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, anteriormente foi professor no Departamento de Sociologia da UFSCar. É pesquisador e parecerista do CNPq, da CAPES, da FAPESP, da FAPERJ e de diversos periódicos na área de ciências sociais e estudos de gênero e sexualidade, conforme seu perfil na plataforma Lattes.



da Dilma Rousseff¹⁰. De modo que, quando comecei a pesquisa, ocorreu um aumento exponencial do número de pessoas comprando esses equipamentos. Um fenômeno interessante de ser observado. Era algo mais ou menos assim: em um mês a plataforma/aplicativo tinha 50 usuários e no outro 200.

Nesse primeiro ano, muitas pessoas passaram a ter um smartphone e então comecei a me convencer de que a pesquisa fazia sentido. Digo isso porque, no início, pensava que as pessoas não iriam parar para relatar o que procuravam na internet. Meu orientador, mais experiente, dizia que as pessoas contariam tudo e acabei descobrindo que, em muitos casos, contam mesmo. Passei a juntar e sistematizar as evidências sobre 'o que organizava' essa forma de busca de parceiros tendo como campo empírico a região de São Carlos - SP. Queria entender como as mídias e a tecnologia eram utilizadas nas estratégias de busca e me deparei com uma busca mediada pelo segredo. A partir dos trabalhos de Georg Simmel passei a compreender o segredo como uma rede de pessoas incluídas e excluídas, ou seja, as que sabem e as que não sabem daquilo que se pretende ocultar. Trabalhar dessa forma permite neutralizar o juízo moral a respeito do que está oculto, jogando luz sobre outra dinâmica: 'quem oculta o quê, de quem e por quais razões'. Também inspirado por outros autores como Erving Goffman e Howard Becker comecei a pensar nas especificidades das relações locais, como por exemplo, o peso do estigma que cercavam as considerações sobre a homossexualidade.

Já no doutorado, continuei investindo nos aplicativos de busca por parceiros, mas com foco nas discussões sobre tecnologia. O resultado foi a tese "Entre Macacos Velhos e Queerpiras: uma etnografia nas interfaces dos aplicativos de busca de parceiros no interior paulista", defendida em 2019. Minha intenção foi discutir a tecnologia e a sua relação com a sexualidade a partir de um contexto empírico bem delimitado. O argumento é que essas tecnologias, voltadas à busca de parceiros, geram os protocolos para as interações sociais. Não se trata de uma simples mediação tecnológica, mas de compreender como interações e relações sociais são moldadas a partir da tecnologia. Não se trata de um processo vertical em que o aplicativo ordena o que a pessoa deve ou não fazer. Desde o início, o processo de converter-se em um perfil envolve interpelações, são solicitadas informações, imagens e há uma maneira de fazer as coisas que as pessoas aprendem fazendo. Em plataformas de relacionamento o perfil é a base da interação.

Larissa: Acho que posso começar pelo que une a minha trajetória a do Felipe. Temos em comum ter estudado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e o Richard como alguém entrou nas nossas vidas acadêmicas. O

¹⁰ Richard Miskolci Escudeiro atualmente é professor titular de Sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP, coordena a área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, anteriormente foi professor no Departamento de Sociologia da UFSCar. É pesquisador e parecerista do CNPq, da CAPES, da FAPESP, da FAPERJ e de diversos periódicos na área de ciências sociais e estudos de gênero e sexualidade, conforme seu perfil na plataforma Lattes.



Richard também foi meu orientador durante um período do doutorado¹¹, no qual trabalhava a questão de Saúde e o modelo preventivo de AIDS voltado para travestis que se prostituem. E ficou muito latente que era preciso me aproximar das discussões de gênero e sexualidade, as quais estavam implicadas nas percepções sobre o que era saúde-doença. Inclusive a própria forma de lidar com a pandemia do HIV-AIDS, um outro momento pandêmico que foi muito importante e transformador para os estudos de gênero e sexualidade.

No campo etnográfico percebi que tinha que conversar com os clientes das travestis que se prostituíam. Uma travesti falou isso: “Você tem que conversar com as mariconas, nós sabemos tudo sobre prevenção, sobre camisinha. Isso é nosso trabalho, nossa sobrevivência”. E realmente era preciso falar com os clientes e não sabia como fazer. Não poderia ficar no ponto de prostituição e simplesmente perguntar ao cliente se ele gostaria de dar uma entrevista ou fingir que me prostituía. Por coincidência o Orkut estava começando naquele momento. Uma amiga mandou um convite e veja bem; não bastava a internet ser discada, o Orkut Beta, você ainda tinha que receber um convite e era tudo em inglês. Olhei o Orkut todo e comecei a ver as comunidades e, então, criei uma comunidade “Homens que gostam de travestis” e deu certo. Para ter uma ideia, quando o Orkut morreu, a comunidade tinha mais de 7 mil membros. No começo eram membros mesmo, eretos, eram outros tempos da internet. Era muito comum essa identidade iconográfica com a exposição da genitália¹² em comunidades associadas a que criei. É aquilo que o Luiz Felipe Zago fala sobre a “rostificação do pênis”¹³.

Essa foi uma experiência interessante, passei a monitorar a comunidade, coloquei um texto que dizia que era um assunto sério, coloquei o link para Lattes, etc. Para criar o perfil precisava de uma foto digitalizada e eu tinha uma câmera. Esse aparelho, uma novidade na época, facilitou a aproximação com as travestis. Muitas delas me pediam para tirar as fotos para usarem no MSN, porque trabalhavam por lá com clientela. Assim comecei a perceber o poder que a fotografia tem. Para acessar o MSN elas iam aos Cybers.

Descobri que essa tecnologia de comunicação estava sendo bastante utilizada. As pessoas iam aos Cybers e ficavam muitas horas lá. Pagavam valores que compensavam, porque elas marcavam programas por ali e começaram a construir uma rede interessante, na qual circulavam informações sobre as

¹¹ Era orientanda da professora Marina Denise Cardoso que, no momento, foi fazer uma pesquisa no Xingu e ficaria sem contato comigo. A professora Marina transferiu momentaneamente a minha orientação. Marina é professora titular da UFSCar. Tem formação, experiência de pesquisa e publicações na área de Antropologia Social, atuando principalmente nas seguintes áreas: antropologia da saúde, antropologia da medicina e da psiquiatria, e saúde indígena, conforme informações da plataforma Lattes.

¹² Não havia censura. O Orkut te “prendia”, caso fosse denunciado(a) por alguma inadequação, que podia ser inclusive a exposição de órgãos genitais. Apagava sua foto e você ficava atrás de grades, indicando que você estava suspenso por um tempo.

¹³ O processo de rostificação do pênis está descrito na dissertação de Zago (2009, p. 100), na qual fala que se trata de uma “decupagem dos corpos”, uma “genitalização das representações” com a “hiper presença do pênis”.



casas e cidades para onde poderiam migrar ou formas de transformar o corpo. No primeiro momento as travestis não estavam no Orkut, porque a plataforma era totalmente em inglês, e eu estava em contato com travestis que vinham das classes populares, com uma vida escolar muito interrompida. Mas, em pouco tempo o Orkut alcançou popularidade e passou a ter versão em português, devido ao número significativo de usuários¹⁴.

Mesmo com crescente número de pessoas contatadas ainda não tinha certeza que estava fazendo algo que teria um crédito científico, afinal, as pessoas poderiam mentir. Fiquei insegura e fiz um extenso relatório metodológico para a, então, orientadora. A professora Marina, super clássica e levistrossiana, disse: “As pessoas mentem em qualquer situação, mesmo no face a face. As pessoas constroem histórias para gente. Muitas vezes dizem que a gente quer ouvir. O nosso trabalho é de análise e de investigação antropológica”. Então fiquei um pouco mais confiante e fui aprendendo a juntar vários elementos como, por exemplo, essa identidade iconográfica às comunidades que determinada pessoa estava associada no seu perfil, etc. Assim fui fazendo meu diário de campo, quantificando, classificando, descobrindo que aquelas pessoas não eram *fake*, poderiam ter um perfil *mask*, para não serem identificadas, mas havia muita verdade nos perfis.

Mesmo com essa imersão no Orkut não tinha noção de que a internet é realmente uma rede. Recebi um e-mail de um cara que me passou o MSN dele e pediu o meu. O adicionei e passamos a conversar e foi nessa experiência que percebi a tessitura dessa rede, os fóruns de e-mail, os blogs, um mundo no MSN, sites e o mundo fora das telas. Nesse momento se rompeu a perspectiva binária de que tem um *on* e um *off*, um virtual e um real, e que estariam apartados.

Nesta época passei a frequentar o Dia T¹⁵, o que foi uma outra sorte desse momento de pesquisa, em que essas pessoas estavam se organizando a partir da internet para ter encontros presenciais. Assim pude estar com clientes de travestis que se prostituíam nos espaços off-line também. Era interessante ver como o off alimentava o online e vice-versa. Depois de cada Dia T meu MSN “bombava”. Foi aí que começou esse *crush* entre mim e a internet, não somente como pesquisadora.

Felipe: Gostaria de compartilhar algo a partir dessa fala da Larissa, pois mesmo nos conhecendo há bastante tempo, nunca tinha ouvido dizer que você (Larissa) tinha criado a comunidade. Interessante isso, porque quando comecei minha pesquisa de certo modo as comunidades estavam prontas. Isso

¹⁴ O Brasil e a Índia foram os países que mais utilizaram a plataforma. Um importante texto que apresenta uma historicização do Orkut é a dissertação do mestrado em Antropologia Social de Carolina Parreiras Silva: “Sexualidades no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line”, defendida em 2008.

¹⁵ Em 29 de janeiro de 2004, a população T indicou como o Dia da Visibilidade Trans, na ocasião um grupo de homens e mulheres trans e travestis, no Congresso em Brasília, lançaram a campanha “Travesti e Respeito”.



é um dado metodológico que está relacionado ao processo de desenvolvimento da tecnologia, mas também nos permite pensar como a tecnologia tem afetado nossa noção de empírico. Não apenas porque passamos a dar forma de rede para o social, mas principalmente porque o tempo todo temos as interfaces mediam nossas relações e essa operação tem impacto nas nossas percepções. A cronologia que Larissa estabelece me fez pensar na descrição de um dos interlocutores da minha pesquisa que, a partir de uma outra experiência e outro conjunto de relações, também recupera o contato com a internet tendo como ponto de partida os espaços coletivos como a *Lan-house* e o *Cyber café*, etc. Estou dizendo isso porque acho que esses elementos são fundamentais para entender a experiência brasileira com internet que é muito anterior ao *smartphone*, sem perder de vista as especificidades dos nossos processos. Os usos eram coletivos e progressivamente passaram a ser individualizados. Talvez por isso, quando comecei a pesquisa nos aplicativos tinha a sensação constante de estar lidando com um espaço extremamente individualista. Quando conversávamos entre colegas que conheciam o ambiente do aplicativo não era incomum o emprego do adjetivo “violento” para qualificar as interações. Essa percepção talvez fosse o resultado do estranhamento em relação a um espaço individualista que projeta o sujeito para o centro das escolhas.

É interessante perceber como a dimensão da experiência brasileira com a internet perpassa as pesquisas de vocês. Poderiam falar mais sobre os processos histórico-sociais da internet?

Larissa: Posso começar. O Orkut chega no Brasil em 2004, e essa comunidade que montei foi um pouco depois disso, mas ainda em 2004. Escrevo sobre no livro: “Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids”¹⁶, publicado em 2009. Nesse momento, o MSN ganhou muita centralidade na sociabilidade de jovens, filhos da classe média profissional, que vinham com uma experiência do ICQ. Nos *cybers* as pessoas começaram a acessar o MSN e o Orkut e era perceptível a escolha de lugares mais reservados quando queriam fazer usos privados dessas plataformas. Algo importante é que os homens da classe média profissional já tinham feito esse movimento de erotizar o mundo do trabalho, porque o computador doméstico custou um pouco a chegar nas casas e quando chegou era compartilhado. Diferente do celular que é um aparelho pessoal. Pegar o celular de uma pessoa é quase como violar correspondência. E isso que o Felipe falou da individualização, que fica clara com a conectividade e a portabilidade, ainda mais sublinhada no universo dos aplicativos de paquera.

¹⁶ O livro é resultado da tese de doutorado “Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids” (2007). Tanto a pesquisa de doutorado quanto a publicação do livro tiveram financiamento da Fapesp. A referencia completa encontra-se ao final da entrevista.



Felipe: Em 2007, com o lançamento da segunda geração de iPhones® da Apple®, o suporte tecnológico possibilitou a concessão de um pacote de dados que passou a permitir o desenvolvimento de aplicativos. Foi quando um número maior de pessoas passou a criar aplicativos destinados a realizar todos os tipos de funções. Além disso, é no final da década de 2010 que experienciamos a passagem de um modelo baseado na “conexão”, ou seja, guiado pelo usuário, para a “conectividade”, um tipo de uso mediado por algoritmos, como mostra o trabalho da socióloga holandesa José Van Dijck¹⁷. No caso da busca por parceiros sexuais, há um conjunto de diferenças que marcam a passagem das salas de bate-papo e sites para a era dos aplicativos.

O repertório e a dinâmica da interação mudam quando se tem o telefone em mãos. O texto do professor Richard Miskolci e Fernando Balieiro (2018) apresenta um argumento interessante: a ideia de quanto maior a tela menor a nossa exposição a ela e mais coletivo o uso. Assim, nas telas grandes do cinema a exposição era mais coletiva e mais curta e se dava num espaço público. Quando surge a televisão, a dinâmica continua sendo coletiva, porém, de forma mais intensiva porque passamos a um nível de exposição diária. Além disso, durante muito tempo, apenas famílias ricas podiam ter mais de uma televisão em casa, o que implicava em negociações. Caso uma pessoa quisesse ver o jornal e outra a novela, era preciso negociar e ainda se tinha um nível de coletividade. Em parte, isso explica porque quando o computador doméstico chega vai parar na sala, tem a ver com uma percepção que deriva da televisão. Além disso, a partilha de um computador por toda a família era uma realidade. Os equipamentos eram caros e isso restringia o acesso. Quando chegamos na era do *smartphone* estamos diante um microcomputador de mão, algo completamente individual. Não se trata só de ser o telefone de uso pessoal, é mais do que isso, é um equipamento que propõe um tipo de uso individual, baseado no interesse, personalizado. Quando estamos na sala assistindo a novela, cada um pode estar pensando individualmente, mas todos estão vendo o mesmo vídeo¹⁸. Com o telefone é possível ter dez pessoas numa mesma sala e cada uma habitando universos de interação completamente diferentes.

Larissa: Adicionando uma informação, em 2013 é o primeiro ano em que o PNAD registra um número muito alto de venda de *smartphones* e isso tem tudo a ver com a alíquota. E dentre os 50% da(o)s brasileira(o)s que passaram a ter celular 80% tinham acesso à internet só pelo *smartphone*. A pergunta era: “Nos últimos 3 meses você acessou a internet?”. Antes as respostas eram que sim, acrescidas da afirmação que era pelo computador da empresa. Ou seja, o acesso tinha classe e gênero, pois eram sempre executivos, pessoas

¹⁷ Professora da Universidade de Utrecht, autora do livro “The Culture of Connectivity” (2013).

¹⁸ O argumento seis do livro “Dez argumentos para você deletar suas redes sociais” de Jaron Lanier (2018) traz uma reflexão semelhante a que Felipe discorre.



ligadas ao mundo da TICS. E isso ficou muito presente na minha pesquisa de doutorado. Era muito comum que esses caras – que se autointitulam de *T-lover's* – fossem desse ramo de trabalho. Pois já há muito tempo tinham acesso aos sites pornográficos. Nos fóruns e lista de e-mails falavam sobre truques para não deixar rastros dos sites que tinham visitado, compartilhavam senhas desses sites, etc. Estamos falando também da trajetória do computador, do aparelho que adentra a casa e que seu uso era mais coletivo, de modo que a pornificação era mais dificultada.

É interessante que quando as classes populares têm acesso à internet de maneira mais consistente é pelo *smartphone*, não tem esse passado que pode ser contado quase que de uma forma evolucionista. E todos esses dados estão nas pesquisas do PNAD.

Podemos falar sobre os processos metodológicos e os percursos das suas pesquisas? E como vocês veem as Ciências Sociais e a Comunicação Social de modo geral. Os pontos fortes e os limites que têm percebido.

Felipe: Continuo trabalhando com a temática de sexualidade. Tenho acompanhado as lógicas de negociação em plataformas para adultos como o *Twitter* e *Only Fans*. Nesse caso, estamos falando de interações online que envolvem diretamente sexo e dinheiro. Venho me dedicando a compreender as diferentes maneiras pelas quais sexo, dinheiro e reconhecimento interagem na internet. Estou escrevendo um texto no qual ‘converso’ com uma propaganda do *Pornhub*. A propaganda aparece automaticamente, logo quando você abre o aplicativo, e diz: “Porque consumir pornografia quando você pode fazê-la. Bem-vindo ao novo nível da sua experiência pornográfica”. Em seguida, a publicidade apresenta o site e suas funcionalidades. A propaganda parte do reconhecimento tácito de que essas tecnologias alteram as formas de relações sociais, colocando a nossa experiência em outro nível. A ideia de que existe uma pessoa de carne e osso por trás do computador com um objetivo específico, que pode ser desde pedir uma comida na esquina ou encontrar sexo no bairro, tem consequências interessantes para nossas pesquisas. Com o desenvolvimento das tecnologias digitais passamos de uma compreensão marcada pelo espaço, quando fazíamos “cyber-coisas” e começamos a entender como nos relacionamos com a tecnologia. Um avanço fundamental é a percepção de que não existe uma diferença entre o *on* e o *offline*, como pontuou Larissa. São dinâmicas mais relacionais, como diz ScottMcQuire¹⁹. Trata-se de um “espaço relacional” no qual as pessoas estão inseridas e com o qual estão se relacionando.

Outro avanço que considero relevante diz respeito à compreensão

¹⁹ Professor associado da Universidade de Melbourne. Sua pesquisa explora os efeitos sociais das tecnologias midiáticas, com especial atenção a seu impacto sobre as relações sociais no espaço e no tempo, e a formação da identidade e da dinâmica das cidades.



dos limites estabelecidos por uma visão determinista da tecnologia. O determinismo tecnológico é uma questão que exige vigilância porque oferece explicações fáceis, causais, que costumam ser muito sedutoras. Acho que deveríamos ler Judy Wajcman²⁰.

Nas Ciências Sociais, demorou para incorporarmos essas tecnologias levando a sério a sua relevância para a compreensão da sociedade, seja como objeto ou como instrumento de análise.

Tarcízio: A afiliação disciplinar é um primeiro desafio particular. Observar os objetos e temas de pesquisa de forma multidimensional requer evocar recursos de várias disciplinas e campos, mas ao mesmo tempo tal expediente significa perder um pouco do aprofundamento teórico. Enunciando de outra forma: como entender a resistência a violências raciais epistêmicas incorporadas nas tecnologias? Para responder essa questão, é preciso enfrentar de início o que tenho chamado de dupla opacidade, o modo pelo qual os discursos hegemônicos invisibilizam tanto os aspectos sociais da tecnologia quanto os debates sobre a primazia de questões raciais nas diversas esferas da sociedade – incluindo recursivamente²¹ a tecnologia. Esse negacionismo tem fins convergentes, quando ambas as faces da dupla opacidade representam a interdição ao debate sobre as estruturas e manutenção do poder.

No caso do Brasil, temos ainda o assujeitamento pelas manutenções da colonialidade nas relações internacionais e na presença de uma, como bem nomeou Jessé de Souza, “elite do atraso” racialmente e geograficamente situada que promove a exploração e saque dos próprios concidadãos. A interdisciplinaridade teórica e metodológica em minha produção se volta mais a um projeto de promoção de saberes de lugares decoloniais-afrodiaspóricos que dialogam com abordagens críticas sobre raça, racismo e branquitude, de um lado, e de outro com colaborações críticas para o desvelamento das políticas da tecnologia.

Quanto à metodologia, por se tratar de uma busca de produção sobre racismo algorítmico e suas resistências possíveis, em um primeiro momento parte-se do questionamento de uma autoridade epistêmica da interdição. Racismo algorítmico não trata de “algoritmos racistas” como se os códigos ou softwares possuíssem agência por si só, trata das redes de delegações, trocas e danos materializadas nos sistemas algorítmicos. Para compreendê-lo, é preciso estabelecer uma conexão entre as políticas das tecnologias – com as contribuições dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade – e as abordagens da teoria racial crítica e sociologia afrocentrada e decolonial.

²⁰ Professora do Departamento de Sociologia da London School of Economics and Political Science. Desenvolve pesquisa sobre as relações entre gênero, feminismo e tecnologia. O livro escrito por ela e por Donald MacKenzie (1985), apresenta um conjunto de críticas às abordagens deterministas da tecnologia.

²¹ Para mais informações ler o texto “Teoria Racial Crítica e Comunicação Digital” (SILVA, 2019).



Larissa: Estamos aqui com desenhos metodológicos distintos. Em diálogo com tudo isso, penso que as Ciências Sociais talvez tenham sido mais refratárias ao universo digital. O que é uma contradição da própria área, porque nós elegemos Marx como um dos patronos das Ciências Sociais, da Sociologia, e o próprio Marx dizia sobre a questão das tecnologias constituírem os modelos de sociedade de relações sociais. E o Castells, mais recentemente está lembrando para gente, em mais de um momento, a importância das tecnologias. Como elas conformam sociedades, mas como elas também são conformadas pela sociedade²².

E concordo muito sobre o quanto elas modelam, o quanto também nos constroem em termos de possibilidades de comunicação e de interação. Hoje, com a algoritmização, muitas vezes não percebemos o quanto o desejo está sendo modelado. Você acha que está escolhendo livremente no aplicativo de paquera e não está.

Acho que nos falta, como cientistas sociais, buscar mais esse diálogo com essas caixas pretas do mundo tecnológico, da Ciência da Informação, dos Big Data e também da Comunicação Social. A Comunicação, de modo geral, está 'olhando', sobretudo para a produção da Sociologia e dos Estudos Culturais e acho que agora precisamos fazer esse movimento de também ir atrás da Comunicação. Pensar em mídiatização, nos ecossistemas de desinformação e na reflexão que a disciplina já está fazendo para fenômenos absolutamente contemporâneos.

Felipe: Realmente, devemos colocar como parte da agenda de pesquisa esse diálogo com a Comunicação. É uma área que desde sua origem produz conhecimento sobre as mídias, levando em consideração aspectos sócio midiáticos e, portanto, tem muito a nos dizer. Penso que há uma razão muito simples na nossa dificuldade em lidar com as interações e relações mediadas pela tecnologia: todo o edifício teórico das Ciências Sociais foi produzido para pensar um mundo de interações face-a-face, formado por pessoas adultas, em pleno gozo das suas faculdades mentais. Em resumo, as Ciências Sociais sempre projetaram o sujeito da teoria como sendo um ser humano adulto, indivíduo racional, no limite, como um homem branco, de origem europeia, sem nenhum problema físico ou deficiência cognitiva. Tais limites se revelam quando deslocamos o enquadramento para perceber as interações a partir de outros pontos. A Sociologia da Criança, por exemplo, tem muito mais a dizer quando se articula com Psicologia, História e Pedagogia. Então, certamente teremos muito a ganhar estabelecendo um diálogo mais estreito e sincero com outros saberes, como a Comunicação e as Ciências da Informação, por

²² Manuel Castells é um sociólogo espanhol, nascido em 1942. Entre suas obras com maior destaque está a trilogia "A Era da informação: Economia, sociedade e cultura", composta pelos volumes "A sociedade em rede" (1996) [2005], "O poder da identidade" (1997) [2018] e "O fim do milênio" (1998) [2020]. Mas, a citação refere-se a textos mais recentes como o "Poder da Comunicação" (2009).



exemplo.

Pensar os limites de pesquisa também nos faz refletir sobre a Ética, os usos de ferramentas de análise científica e a própria pesquisa na internet. O que podem nos dizer sobre?

Larissa: Antes é preciso pensar sobre o que a gente dá conta de pesquisar, onde conseguimos entrar. Por exemplo, uma discente, de 23 anos, está entrando no mestrado e quer pesquisar a sociabilidade em um presídio masculino. Há diversos fatores sociais que irão impedir. E isso não tem relação com a capacidade da pessoa. Assim, é preciso reconhecer os limites pessoais e os impedimentos institucionais para que possa realizar uma pesquisa, caso contrário já se começa fadado a não dar certo, isso cabe também para o universo da internet.

Começando a responder sobre a Ética, quero deixar uma alerta: “O que está na internet não é público”. É preciso ter muito cuidado. Cuidado de não expor nomes dos grupos estudados, escolher um nome que possa trazer uma síntese de identificação, sem identificar. E também de não redigir literalmente o que cada pessoa falou.

A essa perspectiva ética as pessoas não estão muito atentas, por exemplo, colocam captura de tela em artigos. Borram o nome, mas a frase está lá e a identificação é fácil. Ou ainda, ao trabalhar com grupos muito diminutos, mesmo que seja na internet, é preciso usar um pouco da “etno-ficção”, isso é ir além de usar nomes fictícios para preservar o anonimato. Trata-se de criar personagens reais mixando histórias que são contadas e aparecem no campo.

Felipe: Na minha tese, por exemplo, juntei dois ou três perfis muito parecidos e troquei as informações dos personagens. Se a ordem não altera o produto, altera a identificação da pessoa. Recentemente, em parceria com a colega Lara Facioli, escrevemos um texto chamado “Ética e pesquisa em ciências sociais: reflexões sobre um campo conectado (2019)”, no qual refletimos sobre a importância e a necessidade de se revisar os códigos de ética à luz das questões colocadas pela internet. Acessamos diversas fontes e percebemos que há pouco material sobre ética e pesquisa na internet. Foi também o que nos motivou a escrever o texto. Se eu pudesse recomendar uma fonte para o começo dessa conversa sugeriria o Código de Ética da Association of Internet Researchers (AoIR), no qual estão estabelecidos alguns princípios fundamentais para o estudo de relações mediadas pela internet²³.

Larissa: Outra questão que é muito cara à pesquisa de modo geral é a confiança. A confiança não é só um substantivo. É um elemento ético e

²³ No site da AoIR, na aba Ethics é possível baixar todas as versões gratuitamente, inclusive a mais recente “2019: Internet Research: Ethical Guidelines 3.0.”



metodológico da construção da pesquisa. Quando trabalhamos com alguns grupos que buscam uma história, um registro de uma história, que vá para além da oralidade, é ainda mais delicado. Na pesquisa de doutorado vivi esta experiência, o grupo de travestis que pesquei queria seu nome, queria ter a história registrada. Antes do texto ser publicado, passei para uma das pessoas que eram sujeitas da pesquisa ler. Ela levou muito tempo para ler porque era pouca alfabetizada, mas quis ler tudo. Quando voltei para perguntar o que tinha achado, ela estava super emocionada e falou “Larissa, obrigada, é tão linda minha história”. E falei que talvez tivesse que mudar o nome dela, por questões éticas, e ela disse “por favor, não muda”. Durante muito tempo apresentei resultados parciais da pesquisa em congressos sem mudar o nome. Lembro tanto da Mirian Pilar Gross²⁴, como da Regina Facchini²⁵, falando pra mim da importância de mudar os nomes, de que as relações humanas têm fluidez e, de repente, aquelas mesmas pessoas poderiam mudar de opinião. Algumas relações podem se desgastar. Outro dado da pesquisa é que muitas vezes as interlocutoras estavam no limite da legalidade.

Tarcízio: Acredito que no campo dos estudos de plataformização e tecnologias digitais um desafio contemporâneo é a falsa crença sobre a abundância de dados. Acompanhando o que os colegas comentaram, me parece essencial sublinhar que os códigos de ética devem ser prioridade em pesquisas sociais, sobretudo quando o escopo da pesquisa envolve indivíduos específicos, suas histórias e trajetórias. Porém, parece que a ideia de abundância de dados online para pesquisadores como nós - de universidades brasileiras - impressiona se não compararmos com os dados que empresas detentoras de plataformas de mídias sociais, buscadores, aplicativos e afins possuem hoje. Pesquisadores atuantes nestas empresas, com objetivo de desenvolver pesquisa aplicada visando lucro, possuem muito mais dados do que qualquer universidade - mesmo as maiores do mundo - imaginariam obter. Mas sem a transparência e exigência científica que atores da pesquisa científica pública precisam se adequar. Em minha opinião, essa é uma das maiores questões da atualidade e de difícil resposta.

Como vocês veem os usos de imagens pelos usuários? Isto é, como as plataformas incentivam a construção de representações visuais de si mesmos e de outros, como também de seus valores, aspirações e desejos.

Tarcízio: As representações dos usuários e as negociações

²⁴ Professora da UFSC, desenvolve pesquisas sobre Teoria Antropológica, História das mulheres no campo antropológico, Antropologia Francesa contemporânea e Metodologias qualitativas de pesquisa.

²⁵ Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora permanente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, todos na UNICAMP.



simbólicas resultantes das representações digitais e seus ordenamentos ou transformações algorítmicas são centrais para a minha pesquisa sobre racismo algorítmico e imaginários sobre resistências. Uma primeira camada aparentemente mais explícita é o poder da construção dos indivíduos e suas marcas como paradoxalmente mecanismo de construção de presença online, com benefícios resultantes em diferentes tipos de capitais ou formação de comunidades, mas também o estabelecimento de uma dependência da própria plataforma. Os perfis nas mídias sociais e aplicativos mobile tornaram-se recursos essenciais para boa parte das trocas afetivas, profissionais e construção de laços. Uma expressão de Jenny Sundén, enunciada em 2003, resume bem essa construção de si ao falar sobre a criação de perfis em mídias sociais era “*typeoneselfintobeing*” ou algo como “digitalizar-se em existência”. Com diferentes graus de controle, pela primeira vez o registro de informações e imagens pessoais de milhões de cidadãos comuns tornava-se público, voluntário e relativamente acessível aos pares 24 horas por dia e 7 dias por semana.

Atualmente esse estado de coisas sobre informações online é tomado como algo dado, como parte da paisagem, mas gerou profundas mudanças na relação entre indivíduos, instituições, empresas e Estado. Entre expressões intencionais ou dados coletados pelas interfaces - sem necessariamente a compreensão do usuário -, as mídias sociais normalizaram a abundância de compartilhamento de dados pessoais e em rede. Essa abundância em ambiente regulatório e social permissivo viabilizou grande parte da evolução da inteligência artificial, em campos como processamento de linguagem natural, visão computacional e etiquetamento de imagens. Associado ao tecnochauvinismo²⁶ dos campos das *startups* foram normalizados os padrões de uso dos dados privados e sensíveis - tanto individuais quanto coletivos - que só recentemente estão sendo levados em conta na definição de regulamentação legislativa ou políticas públicas. Em um momento onde a plataformização não só engoliu os fluxos da comunicação - circulação de afetos, produção cultural, mobilidade e comércio - mas também os próprios mecanismos de governança do estado, a circulação de imagens torna-se algo mais crucial.

Entre os vários modos de incidência da inteligência artificial nas manifestações do racismo algorítmico, temos a implementação desenfreada de reconhecimento facial para fins policiais. Mesmo com índices inaceitáveis de erro de identificação das pessoas, problema agravado em estados racistas onde o encarceramento em massa é a norma, como Brasil e EUA; a leniência da sociedade em entender e combater esse novo tipo de tecnologia algorítmica carcerária se coaduna tanto com a ideologia punitivista quanto com a normalização da profusão de imagens pessoais.

²⁶ Uma discussão sobre o conceito pode ser encontrada no texto: “(Des)Inteligência Artificial: como computadores não compreendem o mundo”, resenha do livro *Artificial Unintelligence* de Meredith Broussard. Disponível no site pessoal de Tarcizio Silva.



Larissa: Gostaria de comentar, em diálogo como que o Tarcízio acaba de colocar. Pensando no que as pessoas têm feito nas plataformas e aplicativos no que se refere às relações étnicos raciais. Como muitos homens negros entenderam que se racializar era muito importante, não para se sexualizar, mas para se empoderar. Negro como cor política. Ser negro é também ser bonito e competitivo em um mercado muito disputado como o mercado dos afetos. Um dos meus colaboradores tinha uma foto no perfil de um aplicativo e quando começou a conversar com uma menina no WhatsApp estava com uma foto mais atualizada, com o cabelo Black Power, e moça falou “nossa eu não sabia que você era assim”, ele perguntou “assim como?”, ela respondeu “com essa cara de petista nojento” e bloqueou ele. Esse código do cara que entendeu que ser negro não é ser subalterno, que os códigos da negritude precisam ser assumidos para serem ressignificados, isto fez com que a moça o lesse como um cara que não é de direta e o classificou como ‘petista’. Pelo menos em uma leitura rápida que as pessoas conseguem fazer. Não acho que ela, a bloqueadora, tenha se esforçado para fazer análises sociológicas, penso que ela fez uma análise para ler esses códigos e o fez a partir de códigos e valores largamente disseminados. Foi de imediato, entrou e viu que a foto dele e percebeu que não tinha entendido quão negro ele era e se assumia isso. E o rapaz, que tinha sua foto no aplicativo desatualizada não estava tentando se branquear, simplesmente estava com o cabelo curto no momento em que abriu o perfil.

Felipe: Nas pesquisas com os aplicativos sempre achei que existia uma correspondência muito grande entre o que a propaganda apresentava e o uso que as pessoas faziam da plataforma. A propaganda mostra a imagem de homens, muitos sem mostrar o rosto, contendo apenas recortes do abdômen ou do torso, e esse enquadramento se replica nos perfis produzidos pelos usuários. Existe uma pedagogia do uso e ela passa pela propaganda. Encontrei na obra de Stuart Hall²⁷ a noção de “regimes de representação” que tentei alinhar ao debate sobre reconhecimento. A rede de conexões com a qual trabalhava era basicamente formada por homens gays em busca de parceiros sexuais. Em redes com essa configuração a pornografia ganha centralidade. A questão da motivação por trás do uso era uma das questões em que estava interessado e me inquietava saber o que tornava o aplicativo tão atraente. Nesse processo, pelas mãos da Larissa e do Richard, conheci o trabalho do Shariff Mowlabocus²⁸, que mostra como para os homossexuais nunca houve um espaço de representação seguro das expressões do desejo. Por exemplo,

²⁷ Duas obras traduzidas que trazem essa discussão são: “Cultura e Representação” (2016) e “Da diáspora: identidades e mediações culturais” (2011).

²⁸ Doutor em Mídia e Estudos Culturais pela Universidade de Sussex (2006). Desde 2019 atua como professor do departamento de Comunicação e Estudos de Mídia da Fordham University. Autor de *Gaydar Culture*, publicado em 2010, que representa uma das primeiras análises substantivas de como as minorias sexuais usam os recursos da mídia digital para negociar questões de identidade sexual, comunidade, prática e saúde.



por que nunca teve o beijo gay na revista? Por qual motivo que se tem tanta discussão em torno do beijo gay na novela? A consequência é que não temos um espaço onde essa representação é lida como bonita e desejável. Quando o gay parece nas representações midiáticas tem um monte de traços, pressupostos psicológicos (o pedófilo, o abusador de criança ou aquela pessoa que não é bem resolvida com a própria sexualidade e se volta contra o mundo, como se a “culpa” fosse mesmo da homossexualidade), estereótipos, etc. Por diferentes caminhos o trabalho do Mowlabocus mostra como um dos únicos espaços midiáticos em que ver dois homens másculos se beijando como algo legal e positivo é na pornografia. É o único lugar seguro que funciona. Então é compreensível que essas estéticas estejam muito entrelaçadas. A pornografia empresta a retórica para os aplicativos.

Richard Miskolci apresenta outro argumento interessante sobre como essa “cultura gay”, vamos dizer assim, se constitui em termos de consumo, inclusive, de produtos sexuais, que guardam uma vinculação íntima com a pornografia. Em plataformas como os aplicativos acaba sendo esse o repertório cultural a partir do qual as pessoas se leem. Por isso que a minha discussão vai da pornografia para o reconhecimento, porque o tempo todo as pessoas estão lidando também com a contrapartida dessa demanda.

Se você perguntar para qualquer usuário do *Grindr*, e ouvi isso diversas vezes, as pessoas vão falar: “isso parece um açougue”, “as pessoas se tratam como um pedaço de carne”. Entretanto, há perfis que se inscrevem dizendo: “pergunte sobre mim”, “eu procuro alguém inteligente”, e ao começar uma conversa logo vem a frase: “manda um nude”. O aplicativo é um ambiente saturado de emoções sexuais. Por exemplo, os grupos de onde surgem as categorias “urso”, “barbie”, “twink” ou “daddy”? A origem está na pornografia ou se relaciona com ela. E os usuários vão respondendo a esses padrões. Não quer dizer que elas simplesmente sejam manipuladas e o aplicativo faça as coisas de cima para baixo. Prova disso é como o próprio aplicativo foi se adequando às demandas e pressões de mercado, tomando medidas para garantir a segurança das pessoas. Não que eu acredite que o aplicativo estivesse preocupado com as pessoas, mas creio que a empresa respondeu diante da possibilidade de ser alvo de processos.

As adequações dos aplicativos também ocorreram em torno de novas questões de gênero, devido a demanda dos usuários. Penso que nesse ponto esteja a vinculação com uma ideia de organização política. Por exemplo, o aplicativo foi se tornando menos agressivo em relação a lógica da pornografia e foi se tornando mais flexível a outras orientações de gênero, incorporando pronomes de tratamento não-binários, algo que não existia no começo. E a própria interface dele foi se tornando mais comercial. A modelagem não se dá somente na tecnologia, as coisas acontecem juntas e na relação.

O segundo ponto que quero destacar é sobre as fotografias. A internet é extremamente visual. É o imperativo da imagem, como diz o texto da Iara Beleli



(2015). Tem o fato de as câmeras estarem disponíveis e a história social dessa mudança. No caso dos aplicativos para homens gays, o peso da pornografia das imagens é evidente, faz parte do jogo (justamente porque tem um peso da pornografia/estigma). O jogo do segredo está colocado, um jogo de mostrar-se e esconder-se.

Larissa: Acho que são as duas coisas. Trata-se de um espaço muito violento e o esvaziamento do *Facebook* é flagrante. As pessoas vão para o *Instagram*, justamente porque existem algumas limitações no *Instagram*, como por exemplo, de compartilhamentos. Estava acompanhando a migração, acredito que devido à hostilidade e à violência de um espaço como o *Facebook* (e a gente sabe as consequências políticas disso), as pessoas foram adquirindo um vocabulário político por meios digitais também, isso não significa que elas saibam a origem teórica daquele conceito, ou mesmo que aquilo é um conceito. Ainda assim, essa apropriação é muito interessante e, acho, aponta para um vazio semântico que tínhamos para abordar certos temas. Existem um conjunto de pessoas que conhecem os novos conceitos e os difundem pelas redes on-line e isso é instrumento importante para que se crie um discurso de enfrentamento. Não basta, mas é potente. Por exemplo, faltava a nós, mulheres, determinado vocabulário para a gente saber que aquele nosso riso sem graça diante de uma abordagem machista, constrangedora, tinha um nome; assédio, e que deveríamos conversar, reagir e explicar.

Adquirir esse vocabulário, que passou a circular de maneira mais presente e intensa, tem também a outra face que é muito violenta que é o não tolerar que o outro não conheça este mesmo vocabulário. Então há o cancelamento, a ilegitimidade como ator/atriz daquele movimento ou daquele lugar. De se chegar com muito medo num grupo de feministas como uma menina recém adentrada e se vigiar a fala, a cada segundo e, ainda assim, vir uma “mana” e te corrigir, dizer que não é daquele jeito e nem sempre de maneira delicada... Como a gente transformou toda essa força política em algo muito violento e igualmente comercial, como o Felipe estava falando. A gente cancelava serviços e não pessoas. As pessoas passaram a ser canceladas por deslizos nos novos vocabulários²⁹. Muitas vezes não se tem aquele movimento de ouvir, de ensinar e de ensinar de uma maneira que não seja arrogante. Ninguém gosta de ser repreendido em público, muito menos uma pessoa que já é adulta. Há um movimento de considerar as pessoas homofóbicas ou machistas por conta de um artigo que escrevera e não esteve atenta(o) a esse novo vocabulário. Muitas pessoas ainda não tiveram tempo ou oportunidade

²⁹ O livro “Batalhas Morais - política identitária na esfera pública técnico-midiatizada”, do professor Richard Miskolci (2021) traz um debate importante sobre o tema, no qual aponta como houve a construção de um léxico e uma estética política de empreendedores de si que tecem discursos de escracho e ‘cancelamento’ pautados em uma política identitária essencializada. Indicamos também a leitura do texto, de co-autoria da própria Larissa, sobre o cancelamento e as perdas que se tem nas agências que tomam esta estética política como tal, trata-se do texto “Cancelando o cuier”, publicado no v. 10, n.1 da Revista Contemporânea 2020.



de aprendê-lo, embora, às vezes, possa ser má vontade mesmo. Um vocabulário político que se disseminou muito rapidamente pelas plataformas e que é muito importante, mas ainda está sendo assimilado.

A visualidade está articulada com o suporte tecnológico, com a lógica de funcionamento das plataformas e também com a sociabilidade. Poderiam explorar um pouco mais esse ponto e relacionando-o com os marcadores sociais da diferença a partir de suas pesquisas?

Larissa: Posso comentar sobre como percebi algumas distinções entre o Adote Um Cara e outros aplicativos. Quando se observa o *Happn*, principalmente porque o app leva muito a sério a geolocalização e trabalha com distâncias menores (que implicam certos riscos) é possível fazer algumas inferências. Em São Paulo, fico na região da Augusta, perto da Paulista e notei que assim que o aplicativo começou a operar no Brasil, não é de se estranhar, não tinha pessoas negras o utilizando. Não precisa fazer muito esforço para responder, mas estranhamente também não tinha nipônicos, orientais. Acho que estavam em outros aplicativos. É a questão da intersecção classe/raça aparecendo. O *Happn* era muito mais branco e outro fator flagrante sobre a visualidade foi ver as fotos dos homens dentro de carro ou de elevador de aço escovado. Desde que o carro foi inventado ligar carro com masculinidade e com sexo, não é nenhuma novidade.

E fiquei pensando nisso como as pessoas lidam com a autoimagem e o que as plataformas e aplicativos oferecem, por exemplo, os filtros são racistas, porque no máximo te bronzeiam, para te enegrecer só se for zoeira, os filtros para te embelezarem são para branquear.

Felipe: Inclusive porque filtros tendem a produzir um tipo específico de traços fenotípicos, em geral, diminuem o nariz e a mandíbula. São traços racializados, o olho grande, nariz grande.

Larissa: Exatamente, Felipe. Voltando às fotos dos caras no elevador, penso que pode ser para dizer que eles tinham carro ou se estavam empregados como executivos (pelo elevador). Outro ponto é a vaidade do *self* que é ligada a uma postura feminina, algo que te feminiliza e infantiliza também. Então, esses homens pegam um momento em que supostamente não tem ninguém olhando, o elevador, o carro, instantes em que, no máximo, há pessoas anônimas passando. E nessas fotos comunicam várias coisas.

Outra estratégia comum são as fotos de esportes radicais, que tem a ver com masculinidade, com adrenalina e também a questão financeira, que remete a questão de classe. Há também as clássicas fotos com monumentos internacionais.

Outro ponto é como lêem as fotos das mulheres, era muito comum os



interlocutores de pesquisa dizerem para mim “não suporto mulher que faz biquinho em foto”, “já dei X³⁰”. É uma lógica também muito mercantil, de quanto custa meu coraçãozinho, porque no *Happn* e no *Adote Um Cara*, há limite de uso, uma hora acabou sua cota do dia de likes. De modo que, é preciso fazer um cálculo muito racional.

Percebo nisso que a própria linguagem emocional emprestada do universo do trabalho e do mercado traz para o mundo dos afetos uma camada dessa masculinidade hegemônica. O acúmulo, otimizar, o calcular, a flexibilidade. O neoliberalismo teve essa capacidade de transformar palavras tão legais como empreender, flexibilizar em violências e em precariedades. Tanto para o trabalho como para as relações humanas. E nesse universo das fotografias, muitas pessoas não chegam a colocar algo escrito, porque não julgam que seja necessário nesse ambiente, nesse catálogo.

Está muito conectado com o mundo das metas, da busca permanente de fruição, de emoção. Essa coisa que o Deleuze³¹ já falava, que na sociedade disciplinar você está sempre na imposição das metas, um corpo que servia às metas e agora você nunca vai cumprir as metas na sociedade de controle. A ideia de que se você parar aqui, que nos faz eternas buscadoras e buscadores, pode ser que a tua felicidade esteja no próximo perfil³². Então essa lógica do descarte traz muita infelicidade porque é uma conta que não fecha, que é: como é que você vai ter relações de qualidade sem intimidade? A gente está com dois modelos de amor e de construção de relação, um que é do mundo industrial, que é o amor romântico e o outro que é do momento neoliberal, que é esse tipo de relação contemporânea, muito ligada a essas urgências, descarte e ao cumprimento de metas. Para falar de gênero, sem querer ser binária, mas relacionando com o que o senso comum percebe como o ‘masculino’ e ‘feminino’, a modalidade de amor contemporânea do momento neoliberal é masculinizada, falando grosseiramente.

Felipe: Preciso fazer um comentário sobre esta fala da Larissa. É compreensível que o aplicativo *Adote Um Cara* só tenha dado certo na França. Só pode dar certo numa sociedade baseada em confiança, na qual as pessoas têm certa margem de segurança para se expor e com noções de privacidade muito bem estabelecidas. A privacidade é um processo social. Só existe privacidade em uma sociedade que reconhece a privacidade como um valor e uma prática social. Qualquer final de semana na minha casa com meus pais você vai descobrir isso. A privacidade não é um bem que alguém tem, é uma

³⁰ O ‘x’ é uma marca gráfica nos apps para recusar o perfil.

³¹ Gilles Deleuze foi um filósofo francês pós-estruturalista, nascido em 1925 e falecido em 1995.

³² Para aprofundar neste tema indicamos a leitura de três obras: o livro que é fruto da livre-docência da professora Larissa: “Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a negociações de afetos na nova economia do desejo”, o livro de autoria do professor Richard Miskolci “Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online” (2017); como também “O amor nos tempos do capitalismo” da socióloga franco-israelense Eva Illouz. (2011).



negociação, um processo coletivo, um valor burguês. Chamo atenção para isso, pois trata-se dos usos coletivos e sociais das coisas auxilia a entender o porquê que alguns aplicativos sejam bem-sucedidos em determinados contextos e sejam muito mal em outros. Aplicativos muito mais precários em termos técnicos que o Adote Um Cara, por exemplo, como é o *Tinder* (que pega informações do *Facebook*), funcionam bem no Brasil. Isso está diretamente relacionado ao nosso contexto. O Facebook permite mapear a rede de relações, o que também pode ser entendido como uma estratégia que visa à segurança em uma sociedade insegura.

Houve repercussão da polarização política nacional nas pesquisas que vocês têm desenvolvido? Sobre tudo ao pensar a agência de sujeitos, movimentos e/ou coletivos que se valem da internet como meio de atuação política.

Larissa: Estou trabalhando com midiatização, feminismo, internet e democracia, estudando um fenômeno que apareceu sem querer quando estava fazendo outra pesquisa de pós-doc na França. Fui surpreendida com o número de brasileiras e latino-americanas organizadas em pequenos grupos e coletivos feministas, e meninas que muitas vezes não tinham nenhuma ligação com militância, com ativismo, e não têm uma formação consistente, mas que encontraram no vocabulário político do feminismo ferramentas para enfrentamento e garantia dos direitos recém conquistados dessa democracia sexual (dos direitos reprodutivos, sexuais, dos direitos de simetrias de gênero). Assim, elegi um grupo específico para estudar, cujas características eram de mulheres mais novas, com menos trajetória de ativismo e que começavam a adentrar nesse universo. Tomo-o como um grupo de formação de consciência, pois elas fazem reuniões presenciais quinzenais, ou melhor faziam (pararam devido a pandemia). E têm um WhatsApp muito ativo. Ele deriva de um outro grupo do Facebook, no qual as administradoras formam um grupo muito sério, confiável e as mulheres se sentem muito acolhidas e protegidas ali, mas nele é proibido falar de política e de religião.

Quando veio o segundo turno das eleições de 2018, alguém postou uma mensagem, as administradoras disseram “olha, a gente até concorda com você, mas é um combinado do nosso grupo não falar de política”. Então essa pessoa disse que iria montar outro grupo para poder fazer discussões com pautas políticas e foi assim que nasceu esse grupo que hoje é o sujeito coletivo da pesquisa que desenvolvo. Isto é, nasce da e na internet, muito provocado pelos grupos de família de WhatsApp, porque essas mulheres começaram a ser bombardeados com um monte de questões familiares, que eram na verdade como o político se tornou o pessoal – um caminho contrário agora que o feminismo faz, não é o pessoal que é político, mas como político se torna pessoal – e elas precisavam fazer alguma coisa, mesmo estando distantes.



Formaram esse grupo, que sobrevive desde então, e que foi se tornando também um grupo de formação de consciência. Não estou estudando uma dinâmica que é digital, que é na internet, mas estudando um fenômeno que é muito contemporâneo e quero saber o quanto a internet e o feminismo podem contribuir para a democracia, tudo isso pensando nessa transnacionalidade, lembrando que o #elenão aconteceu em mais de 80 cidades no mundo.

Felipe: Permitam-me uma breve história inversa. Acompanho há quatro anos um grupo de homens no Whatsapp, o parceiro do administrador já produziu mais de 500 vídeos para a plataforma XVideos³³. Nesse período, a regra para o bom funcionamento do grupo era que não se falasse de política ou religião. Afinal, o objetivo do grupo era o sexo. Durante muito tempo o grupo funcionou bem, basicamente um grupo de troca de pornografia e quando muito de incentivo e elogios ao produtor, até que chegou o período eleitoral e algumas relações ficaram mais complicadas. Algo interessante aconteceu, pois sendo um grupo de homens gays e que se compreendem como tal, havia uma inclinação à crítica das formulações bolsonaristas, mas também havia homens gays bolsonaristas dentro do grupo. Isso começou a gerar uma tremenda tensão. Como os bolsonaristas eram minoria, e as interações frequentemente resultavam em brigas, acabaram sendo expulsos ou abandonando o grupo por iniciativa própria. É um fenômeno que de certo modo se conecta com o que a Larissa comentou, um fenômeno em que o político passa para esfera do pessoal.

Tarcízio: Do meu ponto de vista, a ideia de polarização não dá conta de descrever a intensificação dos acirramentos dos aspectos políticos nas diferentes esferas da sociedade. Parece-me que a impressão de uma polarização política é também a constatação de que algumas vozes alternativas – que não se afiliam ao que foi construído simbolicamente como sinônimo de humano como eurocêntrico, colonial, branco, masculino e capitalista – teimam em rejeitar a disposição de poder hegemônica como natural. As mobilizações digitais feministas como o #MeToo e o #MeuAmigoSecreto, por exemplo, ganharam corpo nas redes digitais e rapidamente foram rechaçadas por grupos com acesso a meios comunicacionais de grande visibilidade. De modo similar, e recebendo mais virulência quando intersecciona raça e gênero, movimentos discursivos antirracistas, sobretudo afrocentrados, são alvo de acusações de polarização da direita à esquerda. Essa dinâmica paradoxal de conflitos assimétricos que são cobertos pelo discurso hegemônico como uma polarização inexistente motiva táticas diversionistas que se apropriam de parte das críticas contra-hegemônicas em discursos reformistas.

³³ Trata-se de uma plataforma de compartilhamento de conteúdo pornográficos disponibilizados por usuários. O site dispõe de uma interface aberta e gratuita e outra acessível mediante assinatura.



Falando especificamente das políticas das tecnologias digitais, o exemplo mais interessante me parece a cooptação de críticas às *big tech* pelas próprias *big tech*. O recente documentário da Netflix sobre o tema foi um caso de apagamento de conhecimentos, que me parece motivado pelo crescente movimento de rechaço decolonial à dominação tecnológica por um punhado de empresas como a FAANG (Facebook, Amazon, Apple, Netflix e Google/Alphabet). Através de uma supostamente tardia descoberta dos impactos nocivos das plataformas de mídias sociais, um grupo selecionado de desenvolvedores e empreendedores brancos do Vale do Silício protagonizou o documentário que intencionalmente ignora décadas de pesquisa e ativismo no tema, inclusive nos EUA, proveniente de críticas feministas à tecnologia, dos *estudos de ciência, tecnologia e sociedade (STS Studies)* ou de abordagens da Teoria Racial Crítica. A diluição intencional do debate com os recursos dos próprios negócios da plataforma redirecionou parte da esfera pública a se aproximar de uma posição reformista – antes sequer de descobrir as alternativas radicais propostas contra os impactos nocivos da plataforma.

Nesses últimos meses, por conta da necessidade do isolamento social, pessoas das mais diversas profissões, classes sociais, gênero e pertencimentos étnico-raciais se depararam, em algum grau, com a comunicação mediada por plataformas quase que como uma necessidade cotidiana. Como vocês têm percebido esses ‘novos’ ou ‘diferentes’ usos? Como se aproxima e se afasta dos seus campos e/ou temas de pesquisa?

Tarcízio: Parece que dois fatores geraram uma atmosfera social e política de mais atenção sobre as incidências das decisões e delegações algorítmicas na vida cotidiana. O primeiro fator reúne a intensificação de horas/dia de conexão online e a mediação digital de mais atividades profissionais, sociais e afetivas devido ao distanciamento social. Ao crescer a importância percebida do digital na vida de mais pessoas, a pandemia acabou por incentivar, para muitos, tanto a qualificação do olhar sobre o digital quanto a estafa tecnológica que, colateralmente, parece trazer algum nível de suspeição até para os mais integrados. Multiplicaram-se as conversas vernaculares – mas também a desinformação – sobre o algoritmo enquanto objeto social que molda comportamentos, oportunidades e barreiras ao pleno aproveitamento do uso de recursos digitais.

Larissa: Na minha pesquisa, percebi que à medida que caíram as reuniões presenciais por conta da pandemia, também caíram os contatos no WhatsApp. Percebi como as reuniões alimentavam também essa efervescência do grupo do WhatsApp. Claro que teve um momento de exceção, que foi o momento logo que se começou a falar da pandemia, quando veio o isolamento social na França. Nesse primeiro mês, elas não faziam outra coisa senão estar no WhatsApp. Quinze dias depois de decretado o confinamento é que



as administradoras começaram a organizar as reuniões online. Eu não podia estar nas reuniões presenciais, mas com a pandemia, tenho a possibilidade de participar de todas, e participo.

Outro ponto interessante também foi como a pandemia colocou para alguns ambientes, alguns universos de pesquisa, campos etnográficos, problemas que são muito maiores e têm a ver com as formas de comunicação entre as pessoas. No meu, por exemplo, houve rupturas definitivas. Conflitos em que lideranças importantíssimas do grupo saíram, tensões que foram aparecendo, com divergências que agora não tinham a ver diretamente com posições políticas, mas com táticas e estratégias comunicacionais.

Felipe: Alguns aspectos desse processo chamam muito a atenção, talvez por estar diretamente relacionado a eles, vou citar dois: o primeiro é na esfera das relações pessoais e da sexualidade que foi uma alteração significativa inclusive na moral coletiva. No início do isolamento social, chegamos ao ponto de os governos incentivarem as pessoas a assistirem pornografia nas suas casas e deixassem de procurar contato físico com outras pessoas, encontros casuais, etc. Isso é uma mudança interessante a ser analisada. Muitos sites passaram a disponibilizar acesso gratuito ao conteúdo pago como parte dessa estratégia.

O segundo aspecto é o da Educação, isto porque, a tecnologia tem sido apresentada como se tivesse sido inserida dentro de um modelo de Educação que já estava pronto e a tecnologia entraria como um acessório. Minha experiência com essas plataformas e pesquisas sobre como a relação que as pessoas estabelecem com elas, mesmo que seja a partir da sexualidade, levam-me a suspeitar que ocorra o inverso. Isto visto que, as plataformas geram procedimentos, ou seja, protocolos que governam modos de interação. É ingenuidade acreditar que a Educação simplesmente vá incorporar a tecnologia. O mais provável é que a Educação se adeque aos processos das plataformas e ao tipo de interação que elas limitam que o usuário tenha. Isso tem a ver com recursos técnicos, com a economia e uma série de outras questões, como mudanças na esfera do trabalho, por exemplo.

Tarcízio: Outro ponto que podemos discutir sobre este momento pandêmico é a da promoção da normalização das tecnologias de vigilância como solução para a gestão da cidade e das pessoas. Tanto grandes corporações globais quanto *start-ups* aproveitaram o medo generalizado para promover o tecnosolucionismo, indo de *contacttracing* (rastreamento de contatos) difuso baseado em metadados até a promoção de mais câmeras de vigilância, inclusive com sensores de calor. A venda de infraestrutura de hiper-vigilância nas cidades se coaduna com projetos neofascistas de controle da movimentação das pessoas – sobretudo grupos minorizados e/ou ativistas. A maior parte das implementações públicas de sistemas de reconhecimento facial no Brasil, por exemplo, começou em redes de transporte público. Com a tecnologia já



disposta fisicamente, vendida através de *lobby* das empresas e com frequente dispensa de licitação pelo caráter emergencial, os dispositivos então tornam-se prontos a serem crescentemente aplicados para outros fins escusos.

É importante estar atento que, no Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados isenta forças policiais de segurança e violência de estado a se adaptarem às exigências, tanto legisladores quanto políticos do executivo aproveitam a pandemia como oportunidade para avançar a normalização de inequidades e desrespeito aos direitos humanos. Assim, a pandemia e a falha – intencional – de Estados tão díspares quanto Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e Itália de combaterem efetivamente os danos e mortandade fortaleceu o desrespeito a condições e padrões básicos de vida ou coletividade e respeito mútuo para fins sociais. O repetido argumento de que a vigilância não é um problema, pois “o inocente não tem nada a temer” representa tanto um individualismo exacerbado quanto desdém sobre os impactos coletivos possíveis que emergem do cruzamento em escala dos dados dos indivíduos.

Referências bibliográficas

BELELI, Iara. O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. **Cadernos pagu**, n. 44, p. 91-114, 2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7891, de 23 de janeiro de 2013**. Regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, e a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7891.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.783,de%2026%20de%20abril%20de. Acesso em: 30 abr 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Portaria nº 87, de 10 de abril de 2013**. Estabelece os requisitos técnicos mínimos dos telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo *smartphone*, beneficiados pela desoneração fiscal instituída pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portaria-mc-87-2013.htm>. Acesso em: 30 abr 2021.

FACIOLI, L. R. R, PADILHA, F. A. Ética e pesquisa em ciências sociais: reflexões sobre um campo conectado. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 24, n. 1, jan./abr., 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index>.



php/mediacoes/article/view/33130. Acesso em: 15 mar. 2021.

FLOR, C. G. **Diáspora Africana**: por uma crítica transnacional da política cultural negra. Orientador: Andreas Hofbauer. 2020. 424f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202564>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Trad. Cid Knipel Moreira. 2. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2017.

LANIER, J. **Dez argumentos para você deletar suas redes sociais**. Trad. Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MACKENZIE, D.; WAJCMAN, J. **The social shaping of technology**: how the refrigerator got its hum. Milton Keynes Philadelphia: Open University Press, 1985.

MISKOLCI, R.; BALIEIRO, F. D. F. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. In: **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 6, n. 12, 1 jan. 2018.

PADILHA, Felipe André. **Entre macacos velhos e queerpiras**: uma etnografia por entre as interfaces dos serviços comerciais de busca por parceiros online no interior paulista. 2019. 203f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

SILVA, T. R. da. Teoria Racial Crítica e Comunicação Digital: Conexões contra a dupla opacidade. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, **Anais** [...] Belém, Pará. 2019.

Obras Mencionadas

ASSOCIATION OF INTERNET RESEARCHERS (AoIR). **Internet Research: Ethical Guidelines 3.0** Association of Internet Researchers. Chicago, 2019. Disponível em: <https://aoir.org/ethics/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. Trad. Roneide Venancio. 8. Ed., rev. e ampl.; São Paulo: Paz e Terra, 2005.



CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, M. **O fim do milênio**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

DIJCK, J. V. **The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FACIOLI, L. R. R.; PADILHA, F. A.. Ética e pesquisa em ciências sociais: reflexões sobre um campo conectado. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 228-258, 2019.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Arthur Ituassu (org. e ver.), Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Sovik Liv (org.). Trad. Adeliane L. G. Resende et al., 1. ed. 1 reimp. atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Coleção Humanitas)

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MISKOLCI, R. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizada**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Cadernos da Diversidade).

MISKOLCI, R. **Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. 1. Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Coleção Argos, 4)

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009.

PELÚCIO, L. **Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a negociações de afetos na nova economia do desejo**. São Paulo: Annablume, 2019.

PELÚCIO, L. DUQUE, T. "Cancelando o cuier". **Revista Contemporânea**, v. 10, n.1, p. 125-151, aj./abr., 2020.

SILVA, C. P. **Sexualidade no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade On-line**. 2008. 198 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2008.



SILVA, L. M. P. **Nos nervos, na carne, na pele:** uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SILVA, T. R. da. **Aplicativos de análise de informações sociais:** mapeamento e dinâmicas interacionais. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Salvador, 2012.

SILVA, T. **(Des)Inteligência Artificial:** como computadores não compreendem o mundo. In: SILVA, T. Site Tarcizio Silva. São Paulo, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/desinteligencia-artificial-como-computadores-nao-compreendem-o-mundo/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

THE SOCIAL Dilemma. Produção de Jeff Orlowski, roteiro Jeff Orlowski, Davis Coombe e Vickie Curtis. 2020. (99 min).

Como citar esta entrevista:

ANJOS, Ana Carolina Costa dos; CAMARGO, Karina de; LIMA E SILVA, Milena; Investigando os usos sociais da internet: uma entrevista com Larissa Pelúcio, Tarcízio Silva e Felipe Padilha. **Áskesis**. São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 194-221, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.747>

Data de submissão do artigo: 18/05/2021

Data da decisão editorial: 21/08/2021